

EDITORIAL

NÃO ESPERDIÇO PALAVRAS. MACACO MEU VESTE ROUPA

É preciso não esquecer que na vida social e política, como na boa literatura, os menores detalhes são fortemente carregados de significação. Assim entendia Guimarães Rosa no que diz respeito a sua prosa. Na descrição que faz das veredas do grande sertão, fauna, flora, personagens e paisagens, nada é gratuito, nada está destituído de sentido. Por entre os arbustos do Cerrado, cada palavra de um Riobaldo ou de um Diadorim expressa uma angústia d'alma, uma viva confusão ou certeza. Em nossa narrativa, sócio-econômica e política, o presente dos grandes sertões brasileiros faz brotar outros sentimentos, reflexões, uma antiprosas oficial que, igualmente, exige precisão, signos adequados. Roupas medidas, sob encomenda.

Trazer à baila a discussão do projeto de exploração dos recursos naturais brasileiros pelo agronegócio (inter)nacional é uma iniciativa que consideramos mais que oportuna. É urgente colocá-la em termos mais claros. Não que o uso econômico sem critérios de biomas seja uma novidade nestas plagas. As atlânticas matas e seus seres se vêem submetidos a tais dissabores há cinco séculos. O que lhes restam não mais atinge a 7% da cobertura original. Vários projetos mercantis, do pau-brasil à cana-de-açúcar ou ao café, definiram não só os destinos das matas mas dos rios, águas, solos e da numerosa população indígena de riquíssima cultura e saber. Na Amazônia, a majestosa floresta desaparece a uma velocidade insana (vinte mil km² por ano). Em seu sítio, gigantescos latifúndios de gado, soja, algodão... *Agroexportação* ou *agrodestruição*? Nos Cerrados, os 20% do território ainda não submetidos ao modelo dominante podem desaparecer nas próximas duas décadas se persistir o ritmo de depredação atual.

Outro detalhe prenhe de significação é a noção de agronegócio, o novo nome do modelo de desenvolvimento da agropecuária capitalista. Desde os princípios, esse modelo passa por modificações e adaptações, intensificando a exploração da natureza e do homem. Agronegócio, palavra da década de 1990, é, a bem da verdade, uma construção ideológica que pretende mudar a imagem latifundista da agricultura capitalista (trabalho escravo, extrema concentração da terra, coronelismo e atraso político). Latifúndio está associado a terra que não produz, que, na consciência social brasileira das últimas décadas, deveria ser utilizada para reforma agrária. A construção ideológica do agronegócio, conforme o professor Bernardo Maçano, quer criar a figura do "latifúndio produtivo", renovar a imagem da agricultura capitalista para "modernizá-la". É uma tentativa de ocultar o caráter concentrador, predador, expropriatório e excludente para dar relevância somente ao caráter produtivista, destacando o aumento da riqueza e das novas tecnologias. Em suma, quer substituir a imagem da escravidão pela da colheitadeira controlada por satélite.

O latifúndio de antes efetuava a exclusão pela improdutividade, o agronegócio promove a exclusão pela intensa produtividade, ampliando a desigualdade. Se

o território do latifúndio pode ser desapropriado para a implantação de projetos de reforma agrária, o território do agronegócio apresenta-se como sagrado, não pode ser violado. E quer ser visto, através da mídia, como responsável pela totalidade da produção da agropecuária, com se fosse o único produtor do país. Arrebata, em todos os governos, a maior fatia do crédito agrícola. A agricultura camponesa, responsável por mais da metade da produção agrícola – com exceção da soja, cana e laranja –, não aparece. É a arte da hegemonia.

No Brasil, nada parece escapar ao modelo *agro-destruir-exportador*: Florestas de Araucária, banhados pantaneiros, Mata-de-cipó, Pampas, Cerrados, Caatingas. Iniciado com a Colônia, aprofundado no Império, requalificado nos marcos de uma divisão internacional do trabalho estabelecida pelo capitalismo monopolista, o papel de fornecedor de produtos agrícolas e pecuários (pau-brasil, açúcar, algodão, café, cacau, carnes, soja etc.), matéria-prima (minério de ferro, zinco, níquel, madeira, metais preciosos etc.) ou produtos semiprocessados (ligas de ferro e aço, suco de laranja, pasta de celulose) atribuído ao país, ao longo do tempo, pelo mercado mundial, foi aceito de bom grado pela burguesia agrário-industrial nativa. Afinal, historicamente, sua constituição, enquanto classe social dominante, se deu em estreita relação de dependência e subserviência, mais que de associação, ao capital e ao mercado externos. Raros foram os momentos de alguma veleidade nacional.

Dessa origem a classe dominante brasileira nunca se desvencilhou. O Estado Nacional, que poderia, sob certos aspectos, ser direcionado para coordenar um desenvolvimento autocentrado, foi, ao contrário, usado para promover a industrialização numa singular associação com o capital estrangeiro, ao cabo da qual consolidou o controle privado sobre o conjunto da economia, reafirmando a burguesia nativa como sócia menor do grande projeto Brasil. No campo, procurou submeter o território, a população tradicional e toda riqueza natural aos projetos e aos papéis correspondentes atribuídos ao Brasil no âmbito da divisão internacional do trabalho, aprofundando as características presentes desde a colonização. Por esse caminho, o latifúndio, a agroexportação e a escravidão (incluindo o tráfico africano) – hoje, metamorfoseada em superexploração do trabalho – foram constituintes centrais da acumulação interna do capital e continuam fundamentais para a burguesia brasileira na sua conexão com o mercado mundial. Certamente, um detalhe muito significativo.

O processo de destruição dos biomas brasileiros pelas atividades econômicas ao longo do tempo obedece, assim, à lógica capitalista, na qual a produção agrícola ou mineral brasileira, voltada ao mercado externo, atende as necessidades da acumulação do capital nos países dirigentes do Sistema-Mundo e, ao mesmo tempo, as do próprio país. Para a acumulação mundial, *agroexportação* (no sentido de exportação de riquezas naturais objetivadas pela agricultura) e *subordinação financeira* (representada por uma crescente exportação de capitais) se unem com pretensões de indissociabilidade. Aos países dirigentes parece interessar uma balança comercial favorável aos países subordinados no que diz respeito à pauta agrícola e mineral (incluindo produtos semiprocessados). Afinal, sem as divisas internacionais provenientes da venda desses produtos, não lhes seria possível

realizar a repatriação de lucros, a amortizações dos capitais aqui investidos e, principalmente, garantir, através dos governos locais submissos, a remessa dos pagamentos de juros e serviços das dívidas estatais, fonte maior da exportação de capital e riqueza para os países do Norte.

Assim, o controle da natureza, através dos seus principais biomas, e do trabalho social no território brasileiro constituem um objetivo estratégico para os principais grupos capitalistas (inter)nacionais. O capital, no passado como no presente *informacional, globalizado*, não pode prescindir, absolutamente, de natureza e trabalho social para seguir sua dinâmica de reprodução ampliada. Por isso mesmo, a união dinâmica entre agroexportação e exportação de capitais, como entendida acima, não deve ser noticiada ou espetacularizada como os acontecimentos de superfície, conjunturais, tão ao gosto da mídia. Ao contrário, faz parte de um tipo particular de união ou de relação que não se pode publicizar, dada sua essência espúria às maiorias sociais.

Destarte, a ação dos movimentos e entidades populares tem, crescentemente, denunciado as estratégias dos grandes grupos capitalistas no campo brasileiro, ao menos em relação à crescente apropriação e controle do território e seus recursos hídricos. É fundamental que nossas discussões e atos avancem nessa perspectiva. Se não por uma consciência anticapitalista, por uma posição de defesa do planeta. No limite, esse processo é uma ameaça à vida, como parece gritar a natureza nas páginas desta edição especial dos **Cadernos do CEAS**, realizada em parceria com o Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA) e a Rede Cerrado.

Toda essa dimensão estrutural adquire ainda mais relevância quando enfocada sob o aspecto da luta social que se trava no campo. Se, desde o período da acumulação original do capital, a expropriação do campesinato foi uma pré-condição econômica e uma exigência social, no presente, o controle estratégico que ele amplia sobre o território e seus recursos não se esgota nos aspectos sócio-econômicos ou na sua dinâmica de reprodução. É também uma medida política da classe dominante para a preservação do poder, que ela procura disfarçar com uma série de subterfúgios.

Não é por acaso que os principais órgãos de inteligência do Estado há muito priorizam o monitoramento das organizações sociais no campo e os aparelhos jurídicos repressivos desempenham uma crescente ação, cada vez mais articulada, de criminalização das lideranças e organizações camponesas em processos que abarcam desde o Brasil, o Chile e vários países da Ásia. A burguesia, assim, se vale do Estado para tentar conter a crescente organização dos camponeses em todo o planeta, cujo indicador mais explícito é a emergência do que há de mais próximo, atualmente, a uma Internacional, a Via Campesina. Nada mal para quem, em meados do século XIX, fora equiparado politicamente a um saco de batatas...

As nuances políticas desse processo de controle estratégico do território perpassam ainda diversos outros aspectos e atravessam os nossos principais biomas, sempre impulsionadas pelos mecanismos da agroexportação, geradores de boa parte das divisas internacionais necessárias à transferência

líquida de capitais observada em nosso balanço global de trocas com o exterior. Para tanto, a incorporação ou ampliação de vários deles no processo de exploração agrícola é fundamental. Não é gratuito o fato de que quanto mais se ampliam as necessidades de divisas para os pagamentos internacionais mais se agiganta a *agro-destruir-exportação*. Talvez aí esteja a explicação para o que ocorre, atualmente, com os Cerrados, a Amazônia, a Mata Atlântica e os Pampas.

Os Cerrados (Noroeste de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, Tocantins, Sul do Maranhão e do Piauí e Oeste da Bahia), geralmente terras públicas privatizadas pela grilagem ou pelo próprio Estado, foram apropriados pelos monocultivos de grãos, cana-de-açúcar, algodão, eucalipto e pastagens. A soja se destaca nesse cenário. Quase totalmente voltada para o mercado externo, ela ocupa mais de 10 milhões de hectares na área do Cerrado contínuo (lançando aos solos de 50 a 100 mil toneladas de agrotóxico por safra), representando cerca de 58% da produção dessa cultura em todo o Brasil. Nesse enredo, roubam a cena as grandes empresas agropecuárias, totalmente associadas a esquemas ou pertencentes às corporações Cargill, Bunge, Multigrain, Monsanto e outras, igualmente estrangeiras, de máquinas agrícolas, sementes e agroquímicos.

Talvez a Mata Atlântica esteja vivendo, nas últimas quatro décadas, a maior ofensiva do capital em todos os seus cinco séculos de exploração. Não mais pela cana-de-açúcar ou pelo café, mas pelo capital estrangeiro associado ao grande capital nacional do setor de papel e celulose. Como nos ataques anteriores, quase que totalmente para fins de exportação e obtenção de divisas que alimentam a dependência financeira do país. O domínio territorial sobre esse bioma é avassalador. Somente no Extremo Sul da Bahia, três empresas possuem cerca de 450 mil hectares de terras, e, uma delas, mais cerca de 190 mil hectares no Norte do Espírito Santo.

Neste momento, avançam comprando imóveis nas proximidades das matas de cacau da margem norte do rio Jequitinhonha, ultrapassando também os limites do rio Pardo, sem que, contudo, seja possível dimensionar a área incorporada aos seus domínios nesta região. Chama a atenção o fato de que pelo menos 50 mil hectares de mata nativa foram derrubados diretamente para o plantio de eucaliptos e outros 11 mil tenham sido apropriados dos povos indígenas do Espírito Santo, por acordo imposto pelo Governo Federal, em 1998. O controle sobre os recursos hídricos e energéticos que essa estratégia territorial implica são essenciais ao metabolismo da acumulação capitalista mundial, ao tempo que reduz o espaço de reprodução social e resistência política do campesinato e das populações tradicionais.

Processo correlato, e articulado pelos mesmos atores econômicos (inter)nacionais, ocorre nos Pampas gaúcho, uruguaio, argentino e paraguaio. Esse bioma concentra solos de enorme fertilidade e recursos hídricos fantásticos. As plantações comerciais de “florestas” (eucalipto, pinus e acácia) já somam 360 mil hectares no Rio Grande do Sul e estão sendo estendidas em mais 200 mil até o final deste ano, com previsão oficial de, em dez anos, alcançar 1 milhão de hectares. Ao lado, no Uruguai, mais 185 mil hectares de

seus Pampas estão sendo tomados por essa cultura, os quais se somarão aos 700 mil hectares já plantados. São quatro projetos de construção ou ampliação de fábricas de celulose a serem instaladas ou ampliadas na região. As águas do rio Uruguai, de outros importantes rios da Bacia do Prata e do Aquífero Guarani, maior reserva subterrânea de água doce do planeta, seguramente foram decisivas para mais esse passo na estratégia de controle territorial pelo capital mundial.

Mas, e o Estado brasileiro, como tem se posicionado? Dos governos estaduais, o apoio a essas estratégias tem sido, em geral, irrestrito. Bom exemplo foi a recente postura do governador do Mato Grosso do Sul, Zeca do PT, esbravejando contra os ambientalistas que se opunham à instalação de destilarias de álcool no entorno do Pantanal mato-grossense. No âmbito federal, da Ditadura Militar à Lula, pouco mudou. O atual governo criou o Programa Estratégico de Fomento Florestal (PEFF), 2004-2007, tendo como um dos seus dois eixos fundamentais *“a expansão da nossa base de florestal plantada”*, com o adequado apoio financeiro. Em pronunciamento na cerimônia de lançamento do referido Programa, o presidente Lula deixou bem claro que *“a primeira meta desse programa é promover o plantio de dois milhões de hectares de florestas até 2007”*, sendo oitocentos mil hectares (40%) plantados por cerca de cem mil pequenos produtores. Palavras dele: *“[Essa cultura], no clima brasileiro dá corte em sete anos, dependendo da árvore, não é, Marina (Silva)? Eucalipto, por exemplo”*.

Segundo esse discurso, expandir tal atividade não seria apenas um ótimo negócio, mas uma oportunidade para *“criar um cinturão verde sustentável, que proteja a mata nativa e gere inclusão social”*. Com o *selo verde internacional*, novo ser mágico de defesa da natureza – que se apresenta sempre associado aos *mecanismos de desenvolvimento limpo e aos créditos de carbono*, seus amigos inseparáveis –, as plantações industriais de madeira são alçadas à condição de redentoras dos nossos problemas sócio-ambientais. Como se observa, o capital reafirma sua supremacia sobre as políticas estatais de desenvolvimento e, no caso, poderíamos acrescentar, sobre o discurso presidencial. Que este *macaco* não mais perambule sem camisa por aí.

Natureza, terra e água. Controlá-las parece essencial à dinâmica econômica e política do capital. De um lado, assegurar sua reprodução ampliada no campo com toda sinergia que isso representa para a indústria, o comércio e os serviços urbanos. De outro, impor uma derrota estratégica aos interesses do campesinato. Diminuição da produção de alimentos de consumo regional, que escapam às grandes cadeias de transformação e comercialização, expropriação da população camponesa e sua conseqüente metamorfose em trabalho cada vez mais precário e barato nas cidades; eis a lógica da ação que está em curso.

Desse modo, de pronto, nos posicionamos com toda firmeza. Pois, como o vaqueiro Riobaldo (Rosa), em suas pelejas pelos Cerrados, *“não desperdiço palavras. Macaco meu veste roupa”*.

